



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

10/05/2016 ATÉ 10/05/2016



INDÍCE

1	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	1.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	1
2	ESMAM	
	2.1 SITE IDIFUSORA.....	2
3	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	3.1 SINDJUS.....	3
4	JUÍZES	
	4.1 SITE CNJ.....	4
5	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	5.1 BLOG ATUAL 7.....	5
6	SINDJUS	
	6.1 SINDJUS.....	6
7	VARA CÍVEL	
	7.1 BLOG DO JURACI FILHO.....	7
	7.2 BLOG DO NETO FERREIRA	8
	7.3 BLOG JOHN CUTRIM.....	9
8	VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
	8.1 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	10
	8.2 BLOG DO JURACI FILHO.....	11
	8.3 BLOG MARCO DEÇA.....	12

Guerreiro Júnior julga amanhã caso do cartório de imóveis

10/05/2016 18:40:48

Está previsto para esta quarta-feira 11 o julgamento do mandato de segurança que definirá a gestão do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São Luís. No julgamento, o desembargador Guerreiro Júnior deverá decidir o destino do atual gestor, Ricardo Gonçalves, que comanda a serventia ? uma das mais lucrativas de todo o estado ? há quase dois anos sem passar por concurso público.

Gonçalves foi para o cartório de registro de imóveis na gestão de Nelma Sarney na Corregedoria Geral de Justiça assim que o antigo titular, Raimundo Nonato, morreu.

Para trazer Ricardo Gonçalves de Passagem Franca para São Luís, a corregedora-geral disse que a substituta de Raimundo Nonato havia cometido irregularidades e por isso não poderia ser a gestora da serventia.

Com isso, Nelma ultrapassou quase 600 quilômetros para trazer Ricardo Gonçalves para São Luís, deixando ele responsável pelos dois cartórios, mesmo existindo vários tabeliães na capital aptos a responderem pelo cartório de registro de imóveis. Deste então, Gonçalves trabalha com a ideia de que o cartório de registro de imóveis é seu por direito e tenta na Justiça se manter como gestor da serventia.

Ricardo Gonçalves entrou com um mandado de segurança pedindo que o suposto direito a efetivação fosse reconhecido. Entretanto, o Estado, por meio da Procuradoria e duas associações ? Associação dos Notários e Registradores do Estado do Maranhão e Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão ? contestaram a ação solicitando que o cartório de imóveis da capital fosse considerado vago para que no próximo concurso a titularidade fosse disputada.

A primeira ação que ele entrou teve como relator o desembargador José Joaquim Figueiredo, que negou a liminar para Gonçalves. Porém, não satisfeito com a decisão do desembargador, Ricardo desistiu dessa ação e [entrou com outra que caiu nas mãos de Guerreiro Júnior](#), que já deu uma decisão favorável para o interino do cartório de imóveis de São Luís. O Estado e as associações, então, pediram o afastamento dele devido a diversas irregularidades em sua nomeação.

Esse julgamento do mandado de segurança já foi esperado desde o início deste ano, mas acabou sendo adiado.

Agora uma nova tese é levantada, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já negou definitivamente o direito de Ricardo ao concurso de remoção, fundamento utilizado pelo interino para conseguir o cartório de registro de imóveis.

As associações de cartório levantam a tese que mesmo que Ricardo tivesse direito ao concurso de remoção, o que já foi negado pelo STJ, ele jamais poderia ficar com o cartório de registro de imóveis, uma vez que a data do concurso de remoção é de 2011 e a vacância do referido cartório ocorreu em 2013, com a morte do titular, como foi dito acima.

O que se verifica é que um arsenal de argumentos jurídicos bagunçados são lançadas e infelizmente tem encontrado guarida com o desembargador Guerreiro Júnior, a fim de que o interino consiga ficar definitivamente com o cartório sem passar pelo concurso público, prejudicando a democracia e o acesso ao cargo público por concurso público.

Talvez amanhã seja o último capítulo dessa novela longa e cheia de idas e voltas. Veremos qual o recado que o Tribunal de Justiça do Maranhão dará a este candidato.

SET e três empresas entram na Justiça contra licitação do transporte

10/05/2016 18:11:19

EXCLUSIVO - Como já vinha sendo desenhado desde o início da semana, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de São Luís (SET) entrou com Ação para barrar o processo de licitação do transporte público, que prevê para esta quinta-feira (12) o recebimento das propostas do certame. Além do SET, as empresas Ratrans, 1001 Expresso e Primor acionaram a Justiça para impedir a licitação.

O processo do SET está na 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, nas mãos do juiz Cícero Dias. Cícero Dias é o mesmo magistrado que determinou intervenção na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) em 2014.

Vale lembrar que o SET havia anunciado publicamente que não entraria com Ação judicial contra o processo licitatório, uma vez que haviam obtido todas as informações da Comissão permanente de Licitação (CPL).

Calote põe em risco casa de Waldir Maranhão

10/05/2016 18:05:20

O homem que virou o mundo político de cabeça para baixo nesta segunda-feira, 9, ao pedir o cancelamento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e voltar atrás, corre risco de perder sua própria casa, localizada em um bairro nobre de São Luís, por ter dado o calote em uma conta de R\$ 1,3 milhão de sua campanha eleitoral de 2010, quando concorreu e venceu a disputa para deputado federal.

Waldir Maranhão (PP-MA), presidente interino da Câmara, está com quatro imóveis penhorados pelo Tribunal da Justiça do Maranhão, ou seja, prestes a ir para o leilão para que a dívida seja paga. A decisão de penhora foi tomada em 11 de março pela 11ª Vara Cível do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Sua casa, em região nobre da capital, poderá entrar no pacote para pagar a conta, caso os imóveis penhorados não sejam suficientes.

A vítima do calote é a Quality Gráfica e Editora, empresa pequena que cuidou das propagandas, santinhos e faixas que o deputado espalhou pela capital maranhense. Já eleito, não pagou a conta. Uma série de cobranças e tentativas de negociação foi feita, até que a empresa decidiu ir à Justiça. Passaram-se três anos, quando, perante o juiz, Maranhão e seus advogados fizeram um acordo com a gráfica.

Em 2013, ele assumiu o compromisso de quitar a conta de R\$ 1,3 milhão. No acordo, pediu que os pagamentos pudessem ser feitos em 24 parcelas de R\$ 60 por mês. As primeiras parcelas foram quitadas, mas poucos meses depois, Maranhão decidiu que não pagaria mais a conta.

As informações foram confirmadas pelo advogado da Quality Fabio Henrique de Jesus Franca. "A dívida tem por origem serviços gráficos de campanha de 2010. Os serviços foram contratados, mas não foram pagos, o que obrigou a empresa a cobrar o débito judicialmente", afirmou. "Após a realização da primeira audiência foi celebrado um acordo entre as partes. Contudo, passado alguns meses, o acordo foi descumprido. Isso nos obrigou a dar seguimento no processo de execução que, atualmente, se encontra na fase de penhora de bens."

A decisão foi tomada dois meses atrás pelo Tribunal de Justiça, para que seja pago um saldo restante de R\$ 821,2 mil.

Nas declarações de bens feitas por Maranhão à Justiça Eleitoral em 2014, não constam todos esses imóveis. O deputado declarou, na ocasião, ter apenas a casa onde vive e cotas imobiliárias de dois imóveis. Em sua prestação de contas, estima que sua residência vale R\$ 350 mil. O total de bens declarado, somadas as cotas imobiliárias, chega a R\$ 813 mil, valor inferior à dívida que tem de pagar para a gráfica.

Essa não é a única irregularidade na campanha de 2010 de Waldir Maranhão. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) reprovou as contas prestadas pelo candidato naquela eleição porque ele não conseguiu explicar a origem do dinheiro usado. Nas arrecadações de 2010, Maranhão doou para si próprio R\$ 557 mil, quando o total de bens que declarava ter chegava a R\$ 596 mil. Sua doação equivalia a mais de dois terços do total arrecadado, um montante de R\$ 821 mil, coincidentemente o mesmo valor que, agora, ele deve para a fabricante de santinhos. Na campanha de 2014, Maranhão doaria para sua candidatura apenas R\$ 10 mil.

O deputado tentou justificar de onde vinha o dinheiro, mas o TRE rejeitou as alegações. O caso, no entanto, por causa de sucessivos recursos, acabou entrando em 2015, quando ele já estava reeleito. Com isso, a perda de mandato em razão da rejeição das contas foi afastada, em razão da "perda de objeto" do processo.

Maranhão nega irregularidades nas contas e alega que, se tivesse tempo, teria explicado de onde veio o dinheiro. A reportagem procurou a assessoria do parlamentar para que ele comentasse o calote, mas não houve resposta.

Baixo clero

Maranhão é um típico integrante do chamado baixo clero, grupo de deputados sem expressão que trabalham para conseguir cargos e emendas de qualquer governo - estadual, federal ou municipal. E é por esses motivos que ele sempre foi mais suscetível a pressões e assédios, sem se importar com cores ou ideologias partidárias. Na reta final da conquista de votos para o impeachment, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), agiu, a pedido do Palácio do Planalto, para mudar o voto do deputado - até então, ambos eram adversários.

Acreditava-se que Maranhão se posicionaria a favor do impeachment por causa da aliança com o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Afinal, ele só chegara ao posto de primeiro-vice-presidente da Casa porque Cunha avalizara o nome dele.

O suspense se manteve ao longo de todo o fim de semana de votação do processo de afastamento da presidente. Na sexta-feira, Maranhão apareceu na lista de votos contra o impeachment. No sábado, figurou entre os que ficariam a favor. No domingo, a pedido de lideranças governistas, convocou uma entrevista coletiva para declarar seu apoio a Dilma.

Dois dias depois, porém, tomou uma decisão que ajudou Cunha a ganhar mais tempo para se defender contra o processo de perda de mandato que sofre no Conselho de Ética.

Maranhão é investigado na Lava Jato. O doleiro Alberto Youssef o apontou como beneficiário do esquema na Petrobras. Ele nega. Maranhão já foi do PDT, do PSB e do PTB até 2005. Depois, voltou ao PSB e, em 2007, filiou-se ao PP. Por causa da decisão que tomou para anular o impeachment, pode ser expulso de seu partido. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

[Matéria da "Isto É".](#)

Tem gente que não quer a melhoria do transporte público em São Luís?

10/05/2016 19:00:50

As dúvidas foram dirimidas! É mais verdade que nunca, que o Sindicato das Empresas de Transportes - SET e as empresas 1001 Expresso, Ratrans e Primor vão causar embaraços, e por isso, ingressaram, nesta terça-feira (10) na Justiça para impedir o trâmite normal na licitação do transporte de São Luís.

A abertura dos envelopes está marcado para acontecer na próxima quinta-feira (12), mas os empresários querem a suspensão sob a alegação que o processo contém vícios no edital. O pior é que alguns, já "cantam vitória", dando como certa a "barração" da licitação, e assim até desrespeitam o poder judiciário.

O caso será julgado pelo juiz Cícero Dias Filho, da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís. Foi ele que, em 2014, nomeou o advogado Anthony Boden como gestor na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) justamente para deflagrar o processo licitatório para concessão das linhas do transportes urbanos de passageiros da capital.

Espero que ao final de tudo, a população seja contemplada, com um transporte público de qualidade, é o que todos nós queremos!

Waldir Maranhão pode perder a própria casa em São Luís

10/05/2016 15:15:53

O presidente interino sua própria casa localizada em bairro nobre de São Luís. O parlamentar que virou o centro das atenções dos últimos dia deu o calote em uma conta de R\$ 1,3 milhão de sua campanha de 2010, quando concorreu e venceu a eleição para deputado federal.

Maranhão está com tem quatro imóveis penhorados pelo Tribunal da Justiça do Maranhão (TJMA), que podem ser penhorados em leilão para que a dívida seja sanada. Ele poderá perder a casa em que mora na capital se os outros bens não cobrirem a dívida. A decisão de penhora foi tomada em 11 de março pela 11ª Vara Cível do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís.

A Quality Gráfica e Editora, responsável pelas propagandas, santinhos e faixas no período eleitoral, foi a vítima do calote. Depois de eleito, o deputado não pagou a dívida e, após três anos, entrou em acordo com a empresa, assumindo pagar em 24 parcelas (R\$ 60 mil por mês). Em 2013, ele começou a pagar a conta, mas meses depois interrompeu o andamento das parcelas.

Em entrevista ao Estadão, o advogado da Quality Fabio Henrique de Jesus Franca confirmou as informações. "A dívida tem por origem serviços gráficos de campanha de 2010. Os serviços foram contratados, mas não foram pagos, o que obrigou a empresa a cobrar o débito judicialmente", afirmou. "Após a realização da primeira audiência foi celebrado um acordo entre as partes. Contudo, passado alguns meses, o acordo foi descumprido.

Isso nos obrigou a dar seguimento no processo de execução que, atualmente, se encontra na fase de penhora de bens." A decisão foi tomada dois meses atrás pelo Tribunal de Justiça, para que seja pago um saldo restante de R\$ 821,2 mil.

Declaração de bens

Nas declarações de bens feitas por Waldir Maranhão à Justiça Eleitoral em 2014, não foram descritos todos os imóveis. O deputado declarou, na época, ter apenas a casa onde vive e cotas imobiliárias de dois imóveis. Em sua prestação de contas, estima que sua residência vale R\$ 350 mil. O total de bens declarado, somadas as cotas imobiliárias, chega a R\$ 813 mil, valor inferior à dívida que tem de pagar para a gráfica.

Calote põe em risco casa de Waldir Maranhão

10/05/2016 11:47:06

Estado de São Paulo - O homem que virou o mundo político de cabeça para baixo nesta segunda-feira (9), ao pedir o cancelamento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e voltar atrás, corre risco de perder sua própria casa, localizada em um bairro nobre de [São Luís](#), por ter dado o calote em uma conta de R\$ 1,3 milhão de sua campanha eleitoral de 2010, quando concorreu e venceu a disputa para deputado federal.

Waldir Maranhão (PP-MA), presidente interino da Câmara, está com quatro imóveis penhorados pelo Tribunal da Justiça do Maranhão, ou seja, prestes a ir a leilão para que a dívida seja paga. A decisão de penhora foi tomada em 11 de março pela 11ª Vara Cível do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Sua casa, em região nobre da capital, poderá entrar no pacote para pagar a conta, caso os imóveis penhorados não sejam suficientes.

A vítima do calote é a Quality Gráfica e Editora, empresa pequena que cuidou das propagandas, santinhos e faixas que o deputado espalhou pela capital maranhense. Já eleito, não pagou a conta. Uma série de cobranças e tentativas de negociação foi feita, até que a empresa decidiu ir à Justiça. Passaram-se três anos, quando, perante o juiz, Maranhão e seus advogados fizeram um acordo com a gráfica.

Em 2013, ele assumiu o compromisso de quitar a conta de R\$ 1,3 milhão. No acordo, pediu que os pagamentos pudessem ser feitos em 24 parcelas de R\$ 60 por mês. As primeiras parcelas foram quitadas, mas, poucos meses depois, Maranhão decidiu que não pagaria mais a conta.

As informações foram confirmadas pelo advogado da Quality Fabio Henrique de Jesus Franca. "A dívida tem por origem serviços gráficos de campanha de 2010. Os serviços foram contratados, mas não foram pagos, o que obrigou a empresa a cobrar o débito judicialmente", afirmou. "Após a realização da primeira audiência foi celebrado um acordo entre as partes. Contudo, passado alguns meses, o acordo foi descumprido. Isso nos obrigou a dar seguimento no processo de execução que, atualmente, se encontra na fase de penhora de bens."

A decisão foi tomada dois meses atrás pelo Tribunal de Justiça, para que seja pago um saldo restante de R\$ 821,2 mil.

Nas declarações de bens feitas por Maranhão à Justiça Eleitoral em 2014, não constam todos esses imóveis. O deputado declarou, na ocasião, ter apenas a casa onde vive e cotas imobiliárias de dois imóveis. Em sua prestação de contas, estima que sua residência vale R\$ 350 mil. O total de bens declarado, somadas as cotas imobiliárias, chega a R\$ 813 mil, valor inferior à dívida que tem de pagar para a gráfica.

Contas

Essa não é a única irregularidade na campanha de 2010 de Waldir Maranhão. O Tribunal Regional Eleitoral

(TRE) reprovou as contas prestadas pelo candidato naquela eleição porque ele não conseguiu explicar a origem do dinheiro usado. Nas arrecadações de 2010, Maranhão doou para si próprio R\$ 557 mil, quando o total de bens que declarava ter chegava a R\$ 596 mil. Sua doação equivalia a mais de dois terços do total arrecadado, um montante de R\$ 821 mil, coincidentemente o mesmo valor que, agora, ele deve para a fabricante de santinhos. Na campanha de 2014, Maranhão doaria para sua candidatura apenas R\$ 10 mil.

O deputado tentou justificar de onde vinha o dinheiro, mas o TRE rejeitou as alegações. O caso, no entanto, por causa de sucessivos recursos, acabou entrando em 2015, quando ele já estava reeleito. Com isso, a perda de mandato em razão da rejeição das contas foi afastada, em razão da "perda de objeto" do processo.

Maranhão nega irregularidades nas contas e alega que, se tivesse tempo, teria explicado de onde veio o dinheiro. A reportagem procurou a assessoria do parlamentar para que ele comentasse o calote, mas não houve resposta.

O post [Calote põe em risco casa de Waldir Maranhão](#) apareceu primeiro em [John Cutrim](#).

Empresários acionam a Justiça para barrar licitação no transporte em São Luís?

10/05/2016 19:00:39

Sindicato do Setor entrou com ação para questionar uma das leis que regem o Edital da concorrência; outras três empresas também querem liminar para suspender o certame, marcado para quinta-feira, 12

O Sindicato das empresas de Transporte de São Luís (SET), entrou nesta terça-feira, 10, com ação judicial pedindo a suspensão da licitação no setor, marcada para quinta-feira, 12.

Três empresas de ônibus também entraram diretamente com ações no Tribunal de Justiça, objetivando a mesma coisa.

Os empresários alegam uma série de vícios no Edital de Licitação, que, na avaliação deles, pode levar a quebra das empresas. [\(Relembre aqui\)](#)

Os empresários tentaram negociar amigavelmente com a Prefeitura de São Luís, mas não conseguiram retorno. Decidiram, depois, acionar administrativamente a Comissão de Licitação.

Também fracassaram.

As ações devem ser julgadas ainda no plantão judicial...

Centro de solução de conflitos do TJMA fará audiências específicas em casos de família

Serão realizadas audiências de reconhecimento de paternidade, divórcio consensual, reconhecimento e dissolução de união estável, pensão alimentícia e partilha de bens. Serão realizadas audiências de reconhecimento de paternidade, divórcio consensual, reconhecimento e dissolução de união estável, pensão alimentícia e partilha de bens.

No Maranhão, o 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), no Fórum Desembargador Sarney Costa, fará nos dias 27, 30 e 31 de maio audiências específicas de reconhecimento de paternidade, divórcio consensual, reconhecimento e dissolução de união estável, pensão alimentícia e partilha de bens. Pode participar quem já possui — ou não — processo tramitando em uma das Varas da Família de São Luís e agendou audiência para a data.

Pessoas que não conseguiram fazer o agendamento — para a pauta específica — podem comparecer, espontaneamente, em um dos três dias de audiências concentradas, desde que presentes as partes envolvidas, segundo a secretária do Cejusc, Bruna Diniz. Foram abertos 50 agendamentos por dia. As audiências podem ser agendadas por meio do Telejudiciário, no site do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br), no link "Conciliar"; ou pessoalmente, no 1º Cejusc, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira. As partes já saberão, no agendamento, o dia e a hora da audiência.

Ações envolvendo direito de família são uma das mais procuradas para audiências no Centro de Conciliação, somando mais de 300 agendamentos mensais, principalmente as de pensão alimentícia, de acordo com dados do Cejusc. Segundo a secretária da unidade, a maior facilidade para quem quer solucionar um conflito envolvendo essas demandas, por meio da conciliação, é a rapidez e a ausência dos desgastes tão presentes nas ações judiciais.

Bruna Diniz explica que o centro também é muito procurado para a realização de testes de DNA para reconhecimento de paternidade, com um aumento de mais de 100% no número de audiências agendadas em abril deste ano, se comparado com o mês anterior. Em março, foram 30 agendamentos e, no mês seguinte, 50. O exame é realizado, gratuitamente, no Laboratório Forense de Biologia Molecular, que funciona no Fórum de São Luís. (Leia matéria completa aqui).

SINDJUS-MA, CSPB e FENAJUD participam de audiência com o Tribunal de Justiça

O SINDJUS-MA convoca os servidores para participarem da Assembleia Geral no dia 28 de maio, para tratar do pagamento das perdas inflacionárias e outras demandas da categoria. O SINDJUS-MA convoca os servidores para participarem da Assembleia Geral no dia 28 de maio, para tratar do pagamento das perdas inflacionárias e outras demandas da categoria.

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão-SINDJUS/MA, a Federação Nacional dos Servidores do Judiciário-FENAJUD e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil-CSPB participaram nesta segunda-feira, 09/05, de audiência com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, para serem tratadas as pautas dos servidores.

Participaram da reunião o presidente em exercício do SINDJUS-MA, Márcio Luís Andrade; o secretário de imprensa, Artur Filho; o secretário-geral Pedro Davi; o secretário de cultura, George dos Santos; a assessora jurídica da CSPB, Caroline Sena; o presidente da Fenajud, Luiz Fernando Souza. Representaram o Tribunal de Justiça, o presidente Cleones Cunha; a diretora geral, Isabela Parga; a diretora administrativa, Socorro Sousa e a diretora de Recursos Humanos, Mariana Clementino.

As entidades sindicais dialogaram e cobraram do Presidente do TJ-MA um posicionamento quanto ao pagamento das perdas inflacionárias de 6,3% de 2014, motivo da última greve dos servidores.

O magistrado informou que se reuniu no dia 16/03, com o governador Flávio Dino e solicitou a suplementação orçamentária para despesas com pessoal, entre elas, o pagamento das perdas inflacionárias, visto que o Tribunal não dispõe do orçamento financeiro.

No entanto, o Governo do Estado liberou para o Tribunal de Justiça, suplementação orçamentária no valor de 18 milhões de reais destinados para o pagamento da Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ), referente ao ano de 2015, que será feita em três parcelas: julho, agosto e outubro. Segundo informou o presidente do TJ-MA, Cleones Cunha, não houve avanços e nem propostas do Governador Flávio Dino para a suplementação referente às perdas inflacionárias dos servidores sob o índice de 6,3%, do ano de 2014.

Durante a reunião, o desembargador Cleones Cunha, se comprometeu em colocar a administração do TJMA a disposição para solucionar as questões que envolvem os servidores do judiciário e relembrou o resultado da reunião que teve com o governador do estado, Flávio Dino, no último dia 4 de maio, quando solicitou a abertura de créditos adicionais para o exercício financeiro de 2016. Com a suplementação liberada pelo Executivo estão garantidas: o pagamento da folha dos servidores até o final do ano, o pagamento da GPJ e o pagamento dos auxílios.

Durante a audiência, o SINDJUS-MA informou ao presidente do TJ-MA o entendimento da categoria sobre o que deve ser pago com prioridade, uma vez que o Governo do Estado não afastou a possibilidade de repassar uma suplementação para pagamento das perdas inflacionárias. "A categoria prefere receber neste momento as perdas inflacionárias. Primeiro, por se tratar de um pedido anterior a GPJ e segundo, pelas vantagens que o reajuste garante aos servidores, uma vez que é incorporado aos vencimentos dos mesmos", explicou o presidente em exercício, Márcio Luis.

A proposta do SINDJUS-MA ao TJ-MA foi de que a suplementação que será enviada pelo Governo do Estado para o pagamento da GPJ, seja remanejada para o pagamento das perdas inflacionárias. "Se o orçamento vier vinculado não terei a possibilidade legal para fazer o remanejamento, mas posso tratar pessoalmente com o Governador para vermos a possibilidade de atender o pedido da categoria", ponderou o presidente do TJMA, Cleones Cunha.

“Viemos rediscutir alguns pontos e retomar as negociações em busca de novos avanços. O presidente está demonstrando que tem se esforçado para cumprir o pagamento das perdas inflacionárias, mas os dois lados precisam trabalhar juntos para encontrar uma solução que busque uma saída para o pagamento dessa garantia constitucional, por isso, o SINDJUS-MA está sendo combativo e atuante até que sejam pagas as perdas”, disse Luiz Fernando Souza, presidente da Fenajud.

Turno único do TJ-MA

Outro ponto abordado durante o encontro foi a medida da redução de horário que poderá ser adotada pelo Tribunal de Justiça como forma de realizar a contenção de despesas. O presidente Cleones Cunha informou que o Tribunal de Justiça pretende implementar o projeto, sem fazer a retirada da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ).

Após um consenso entre os representantes dos servidores e a administração do TJ-MA, inicialmente, o turno único poderá ser implantado em São Luís e Imperatriz, em caráter de experiência, nos seguintes termos: aqueles que trabalham 8 horas diárias, trabalharão 7 horas ininterruptas com recebimento da GAJ, aqueles que já trabalham 6 horas permanecerão com a carga horária. A mudança no horário de funcionamento só será uma realidade na Justiça maranhense, após a aprovação da Resolução pelo Pleno do Tribunal, na próxima quarta-feira (11).

Para serem esclarecidas todas as dúvidas sobre a implantação do turno único, será realizada ainda nesta segunda-feira (9), uma nova reunião do Tribunal de Justiça, representado pela diretora de Recursos Humanos para tratar especialmente sobre o turno único do TJ-MA. A reunião contará com a presença da diretoria do SINDJUS-MA.

Para a assessora jurídica da CSPB, Caroline Sena, as negociações ainda não estão finalizadas. “Os servidores estão numa grande expectativa, mas apesar do cenário atual e do governo do Estado ainda não ter repassado a suplementação, o SINDJUS-MA está atuando para que uma nova medida seja implementada e assim viabilizar o pagamento das perdas”, disse a assessora.

Assembleia Geral

Corregedoria do TJMA pode rever decisões de juízes de execução penal

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, durante a 11ª Sessão do Plenário Virtual, resposta à Consulta 0000002-38.2016.2.00.0000, feita pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). Na consulta, a entidade questiona a atribuição correcional dos titulares das Varas de Execução Penal, seu grau de autonomia em relação à Corregedoria-Geral de Justiça e a possibilidade de revisão de seus atos. A associação alega que há certa dubiedade no que diz respeito à autonomia conferida à 1ª Vara de Execuções Penais para tomar providências relacionadas ao funcionamento do sistema carcerário.

Segundo o voto da relatora da consulta, conselheira Daldice Santana, os atos praticados pelos juízes da execução penal, quando no exercício da função administrativa de inspecionar estabelecimentos prisionais, estão sujeitos ao controle hierárquico administrativo exercido pela Corregedoria-Geral da Justiça, que pode, de ofício ou mediante provocação, fiscalizar e reexaminar os atos praticados por esses magistrados. As inspeções devem ser feitas pelos juízes da execução penal nos limites de suas atribuições e em observância às normas regulamentares aplicáveis localmente.

Ainda de acordo com o voto da conselheira, que foi acompanhado pela maioria do plenário virtual, a Corregedoria-Geral de Justiça, por meio do controle hierárquico, tem competência para alterar decisões de natureza administrativa proferidas pelos juízes da execução penal, quando no exercício da função administrativa de inspecionar estabelecimentos prisionais. No entanto, juízes e desembargadores em regime de plantão judicial não devem interferir em questões referentes à administração prisional, entendeu o Conselho, já que a atuação do plantão judiciário no âmbito da Justiça de 1º e 2º grau deve envolver questões de natureza jurisdicional.

“No que tange à possibilidade de os juízes ou desembargadores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão interferir, em regime de plantão judicial, nas questões afetas à administração dos presídios, tem-se que tal ação é desprovida de viabilidade jurídica, pois o serviço de plantão judiciário destina-se a prestar jurisdição, isto é, está voltado para as decisões de natureza jurisdicionais urgentes e não para as de caráter administrativo, como é o caso das relacionadas à administração dos estabelecimentos prisionais”, diz parecer elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), que subsidiou o voto da conselheira-relatora.

O parecer do DMF analisou resoluções e julgados do CNJ, a Lei de Execução Penal, o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça e outras normas editadas pelo TJMA. Restaram vencidos os conselheiros Fabiano Silveira, Emmanoel Campelo, Carlos Levenhagen, Arnaldo Hossepian e Norberto Campelo.

Caxias: Abertas inscrições para curso de conciliadores e mediadores

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) abriu inscrições, no período de 09 a 13 de maio, para mais um curso de Formação de Conciliadores e Mediadores. Desta vez, a capacitação acontecerá em Caxias, na Faculdade Vale do Itapecuru, no período de 16 a 20 de maio. Estão disponíveis 30 vagas, sendo 15 para servidores do Judiciário - que deverão inscrever-se pelo Sistema Tutor, na plataforma Sentinela, no Portal www.tjma.jus.br - e, mais 15 para acadêmicos da respectiva instituição de ensino - que, por sua vez, deverão realizar as inscrições junto a própria faculdade. O curso possui 40 horas de aulas teóricas e mais 60 horas de parte prática e está dividido entre os turnos da manhã (08h às 11h) e da tarde (14h às 17h). A formação será ministrada pelos conciliadores e instrutores Anderson de Sousa Pinto e Andrezza Alexandra 10/05/2016 Caxias: Abertas inscrições para curso de conciliadores e mediadores | Difusora <http://www.idifusora.com.br/2016/05/10/caxiasabertasinscricoesparacursodeconciliadoresemediadores/> 2/2 Soares Sousa. A capacitação está entre as mais procuradas pelo público da ESMAM, sempre com inscrições que excedem o número de vagas, motivando a Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento a organizar novas turmas frequentemente. ASSUNTOS - Dentre os assuntos a serem abordados, destacam-se: “Introdução aos Meios Alternativos de Solução de Conflitos”? “Comunicação e Conflito”? “Teoria da Comunicação”? “Teoria Geral do Conflito”? “Métodos Alternativos de Solução de Conflitos” e “Enfoque normativo e ético da conciliação e suas aplicações no Poder Judiciário”, dentre outros. PRESENÇA NOS CURSOS A Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento da ESMAM informa que, a partir deste semestre, o sistema Tutor está registrando a presença dos servidores e serve de informação para confirmar a participação do servidor em outros cursos. A medida está de acordo com a Portaria nº 01/2011 da ESMAM, que dispõe sobre realização de treinamentos para a capacitação de servidores. O documento estabelece que a inassiduidade ou desistência, injustificadas, em atividades de capacitação, implicarão na impossibilidade de participação em novos eventos pelo prazo de seis meses, a contar da data do término do treinamento que deu causa ao fato. Envie informações para o WhatsApp (98) 99196-8622, ligue para 3214- 3010 ou pelo e-mail: jornalismo@sistema

Devedores de ICMS e IPVA poderão negociar débitos no mutirão de Negociação Fiscal

10/05/2016 11:46:32

Os devedores de tributos estaduais como IPVA e ICMS poderão negociar suas dívidas no Mutirão de Negociação Fiscal, que ocorre de 16 a 18 deste mês, no Shopping da Ilha, numa parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Governo do Maranhão. No evento, os contribuintes - com processos de execução fiscal na Justiça ou dívidas ainda não judicializadas - poderão quitar o débito ou fazer acordo de parcelamento.

O mutirão ocorrerá das 10h às 22h - horário de funcionamento do shopping - no espaço montado no 3º piso, próximo à área do cinema. A estrutura inclui sala para audiências, balcão de atendimento, mesas de negociação, caixas eletrônicos do Banco do Brasil para pagamento de débitos de tributos, entre outros. No local, haverá também atendimento do Detran, Viva Cidadão, Procon e Serasa. Todos os detalhes podem ser também consultados no hot site do evento.

O juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira explicou que o objetivo é reduzir o número de ações em tramitação nas três varas de Execução Fiscal de São Luís e a inadimplência junto à Fazenda estadual, em relação a tributos como IPVA e ICMS. A iniciativa visa também possibilitar aos contribuintes a negociação de seus débitos. Atualmente, tramitam cerca de 24 mil processos de execução fiscal referentes ao Estado e ao Município de São Luís nas três unidades judiciais.

Os juízes das três varas de Execução Fiscal de São Luís - José Edilson Caridade Ribeiro (8ª Vara), Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara) e Cleonice Conceição do Nascimento (10ª Vara) - estarão no local com suas equipes, para homologar acordos nos processos de execução fiscal firmados durante evento. A Diretoria do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Judiciário (FERJ) também disponibilizará servidores para prestarem auxílio aos juízes e à Secretaria da Fazenda, no cálculo das custas processuais devidas.

A Fazenda estadual encaminhou notificação eletrônica a quatro mil devedores de ICMS e IPVA, para que participem do mutirão. São contribuintes com dívidas judicializadas ou não. Para saber se foi notificada, a pessoa também pode consultar o site da Sefaz.

O evento é direcionado aos contribuintes que aderirem ao Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais relacionados ao ICMS - "Regularize-se 2" e ao IPVA, instituídos, respectivamente, pelas Medidas Provisórias nº 220/2016 e 218/2016.

BENEFÍCIOS - Os devedores de ICMS poderão quitar os débitos do tributo, com redução de multas e juros de 100%, se o pagamento for feito em parcela única; de 80%, em 60 vezes; e de 60%, para pagamento de 61 até 120 parcelas.

Em relação ao IPVA, o devedor que quitar o débito em parcela única terá redução de 100% dos juros e das multas punitivas e moratórias. Esse desconto vale para dívidas decorrentes de fatos geradores ocorridos até 1º de janeiro de 2015 - constituídos ou não e inscritos ou não - em dívida ativa, inclusive ajuizados.

A sistemática do mutirão vem sendo discutida em várias reuniões, a última ocorrida no dia 4 de maio, no Fórum Des. Sarney Costa, entre os juízes José Edilson Caridade Ribeiro, Raimundo Nonato Neris Ferreira e Cleonice Conceição do Nascimento; os procuradores do Estado, Bruno Tomé Fonseca e Luciana Carvalho da Silva; e a chefe de gabinete da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Maria de Fátima Pereira da Silva.